

NOÉLIA MARTINS DOS ANJOS

**A NOVA FILANTROPIA: ARTICULAÇÕES ENTRE O PÚBLICO E O
PRIVADO NA POLÍTICA EDUCACIONAL**

Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Políticas Públicas, Infância, Juventude e Diversidade, do Programa de Pós-graduação do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares – CEAM, da Universidade de Brasília, orientado pela Prof. Dra. Clarice Pereira dos Santos.

Brasília-DF,

Maio de 2022

RESUMO

Por muito tempo na história do país as parcerias entre o público e o privado assumiram o papel de conduzir as políticas educacionais. Beneficiárias dos recursos públicos, tais parcerias se materializavam em entidades filantrópicas, que conduziam a educação a partir do olhar caritativo, religioso, vigilante e punitivista. Mesmo depois da garantia constitucional da educação como direito de todos e dever do Estado, as políticas educacionais ainda são alvo de disputa por complexas redes de governança, que assumem o papel de uma nova filantropia, recebendo incentivos fiscais e atuando como parceiros da educação pública por meio de organizações financiadas por grandes empresas. A presente pesquisa, fundamentada nas contribuições metodológicas da Análise do Discurso Crítica (ADC), investiga se os grupos de nova filantropia emergente neste último período, a partir do ano 2016, fortalecem uma ideologia desestabilizadora do papel fundamental do Estado na condução da educação, o que pode vir a ser o sustentáculo de um pensamento hegemônico que desconstitua ainda mais a educação como bem público e direito de todos.

PALAVRAS-CHAVE: políticas educacionais, nova filantropia, ideologia, hegemonia.

Introdução

A ideia de criar um projeto de educação ou pelo menos de implantar um plano de abrangência nacional que levantasse demandas educacionais brasileiras estão presentes nas intenções políticas desde os tempos do Império. Moura (2013) discorre brevemente sobre o assunto e apresenta um panorama de como o tema foi tratado a partir do discurso de Dom Pedro na constituinte de 1823, passando pelo declínio imperial e velha república.

Ainda que mudado o regime, o rompimento com o modelo colonizador não foi claramente posto em prática, até porque as relações sociais, políticas e econômicas dos primeiros anos do século XX caracterizaram-se fundamentalmente pela prevalência do ideário liberal em sua defesa do Estado mínimo e da busca individual pelo progresso econômico. Esta relação de ausência do Estado ou sua ínfima participação na organização das demandas sociais que se acumulavam, pôde ser observada em momentos históricos de negligência, como no caso da massa de trabalhadores negros que deixaram a condição de escravizados, na organização dos recém-chegados imigrantes encantados pelas promessas de um mundo novo, nos processos de urbanização e crescimento das cidades, entre outras (MOURA, 1999).

Nesse momento histórico de radicalização do capitalismo, são percebidos avanços e retrocessos na conquista de direitos civis, políticos e sociais. Se por um lado a exploração do trabalho acentuava a divisão entre as classes, por outro, a percepção de um universo de desigualdades entre os donos do capital e os trabalhadores abria espaços para a resistência. É nesse contexto que emerge a ideia de se criar um Plano Nacional de Educação (PNE), que teve sua primeira proposição pelos educadores da Escola Nova, atingindo seu ápice com a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação, de 1932 (PIANA, 2009; MOURA, 2013).

Segundo Libâneo (2000), os principais articuladores dessa proposta buscavam o rompimento com a pedagogia vigente, tradicional e metafísica, para propor novos objetivos, programas e métodos de ensino. O movimento em torno do Manifesto atribuiu valor à organização e administração do sistema de ensino, das escolas, do currículo e dos métodos, aspectos que reconhecidamente tiveram grande importância e sendo o próprio documento final um marco para a educação nacional; no entanto, permaneceram incontestes os problemas do analfabetismo, da falta de escolas para os filhos da classe trabalhadora, da exclusão social.

Como forma de sanar essas dificuldades durante quase todo período colonial e republicano, a aproximação ou mesmo fusão entre os setores público e privado ditou o mote das políticas públicas relacionadas às crianças e jovens, entre elas a política educacional, que vigorou por muito tempo sob os critérios da filantropia. Acerca dessa interação supostamente vantajosa para todos os envolvidos, Faleiros (2009) assinala que:

O setor privado busca se aliar a grupos e setores da área pública para garantir verbas e cargos, bem como proteção do Estado para seus serviços, em troca, muitas vezes, de favores pessoais aos ocupantes de postos públicos ou de apoio eleitoral/eleitoreiro. “A causa da infância” [aspas do autor] foi objeto de discurso e da ação de inúmeros atores públicos que tinham causas privadas e de atores privados que se empenhavam e se embrenhavam na esfera estatal na defesa de seus interesses privados. (FALEIROS, 2009, p. 35).

De acordo com Passetti (2009) a assunção da filantropia como fomento para execução de políticas públicas no que se refere aos direitos da infância, cumpriu pelo menos três ciclos de atuação. O primeiro, entendido desde a colonização até as primeiras décadas do século XX, período em que “se fazia filantropia com o próprio bolso” (2009, p. 308). O segundo ciclo compreendeu as primeiras décadas do século XX e perdurou fortemente até aproximadamente o final dos anos 1990, período em que o Estado autorizou e financiou as investidas filantrópicas, em que pese as migalhas destinadas, posto que se trata do auge da economia neoliberal, que impunha investimento mínimo no financiamento da escola pública e máximo ao impor nos currículos, diretrizes e metas o ideário do mercado para a classe trabalhadora.

No entanto, o terceiro dos ciclos apontados por Passetti (2009), tem sido chamado de nova filantropia, que se afirma de acordo com as exigências do capital, enfraquecendo o Estado e atribuindo ao setor privado o poder de intervir em áreas estratégicas como a economia, saúde e de maior interesse para esse estudo, a educação. Segundo o autor, a nova filantropia:

funciona no campo do atendimento, como meio para contenção de custos do estado e simultaneamente como geradora de empregos do âmbito privado. Ela responde socialmente pela superação dos empregos de funcionários na esfera governamental ao mesmo tempo que libera os empresários para fazer filantropia reduzindo o pagamento de seus impostos. Agora o empresariado faz

filantropia na maioria das vezes graças ao que deixa de pagar para o estado. (PASSETTI, 2009, p. 308)

Esquema altamente rentável por diminuir as obrigações fiscais, pois nem sempre os impostos devidos pelas grandes corporações empresariais são investidos em mesma monta em projetos educacionais e afins, a nova filantropia legitima uma forte vertente do neoliberalismo que é o enfraquecimento do Estado por meio da inanição dos serviços públicos, seja em recursos ou na efetivação de servidores de carreira, o que impacta na qualidade e na continuidade de acesso, especialmente aos que mais precisam.

Além dos prejuízos perceptíveis na prestação direta dos serviços, a relação entre o público e o privado continua cada vez mais presente e perigosamente silenciosa. No campo das políticas educacionais, redes complexas de governança as têm direcionado. Essas organizações de considerável orçamento se colocam como a solução para os problemas na área da educação em diferentes países, se intercomunicam em escala global e propõe um ensino padronizado e avaliado por metas. (BALL e OLMEDO, 2011; BALL, 2013; BALL e AVELAR 2017; AVELAR, 2020).

Este artigo busca analisar criticamente as propostas de atuação de dois grupos que se identificam com a denominada nova filantropia: a Organização Todos pela Educação e a Fundação Lemann, cujos objetos de análise encontram-se presentes nas informações de seus sites, por meio dos quais expõem os objetivos, missão e formas de atuação.

Com base na experiência vivida da autora, professora da rede pública de ensino do Distrito Federal, o interesse por este tema de Pesquisa se justifica em razão dos grandes desafios impostos pelo sistema educacional público, suas “parcerias” com grupos representantes desta nova filantropia ao processo pedagógico desenvolvido nas escolas e como interferem no cotidiano escolar, inclusive em contradição aos princípios expressos na legislação educacional brasileira.

Para tanto, serão utilizadas contribuições fundamentadas na Análise de Discurso Crítica (ADC), que propõe uma concepção transdisciplinar de análise dos problemas sociais a partir da relação dialética entre os eventos sociais – texto; as práticas sociais - ordens do discurso e as estruturas sociais - linguagem (FAIRCLOUGH, 2008; BATISTA JR; SATO e MELO, 2018; VIEIRA, 2018).

O discurso, entendido como elemento social e histórico, tem, nessa perspectiva, papel fundamental na produção de significados e construção de processos sociais articulados e representativos da realidade vivida, ou nas palavras de Fairclough (2008):

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado (FAIRCLOUGH, 2008, p. 91).

Estudiosos da ADC salientam suas possibilidades de contribuição como arcabouço teórico e metodológico em pesquisas das ciências sociais, que tenham como subsídio a linguagem em uso. Essa revela conexões entre as práticas e discursos, primordialmente aqueles que evidenciam assimetrias de poder e relações de dominação, que por sua vez, remetem à ideologia e hegemonia vigentes em diferentes contextos (FAIRCLOUGH, 2008; BATISTA JR; SATO e MELO, 2018; VIEIRA, 2018).

O modelo de análise utilizado nessa pesquisa terá como fundamento as proposições de Fairclough (2008) e de pesquisadores brasileiros que adotam essa metodologia em seus trabalhos como Vieira (2018); Batista Jr, Sato e Melo (2018), visto que reforçam a evolução dos estudos críticos da linguagem que impactam a ADC e dão abertura à inclusão de pesquisadores de outros campos, não somente linguistas, pois sua natureza transdisciplinar estima o valor heurístico de análises críticas perpassadas por diferentes áreas das ciências humanas e sociais (BATISTA JR; SATO e MELO, 2018; VIEIRA, 2018.)

1. A nova filantropia no Brasil

Os estudos apresentados revelam que, no Brasil, despontam como grupos atuantes nessa linha da nova filantropia a Fundação Lemann, a Organização Todos pela Educação, o Instituto Unibanco e Instituto Ayrton Senna, dentre outros. Para os autores, organizações dessa natureza visam atingir o cerne da educação pública, propondo reformas estruturais que vão além da oferta de produtos e serviços: modificam a relação pedagógica e os objetivos de uma educação para a autonomia e emancipação dos sujeitos.

Freitas (2014) também chama a atenção para a atuação desses grupos, qualificando-os a partir dos estudos de Daiane Ravitch, pesquisadora estadunidense dessa temática. Nas palavras do autor, trata-se dos novos reformadores empresariais, termo que:

reflete uma coalizão entre políticos, mídia, empresários, empresas educacionais, institutos e fundações privadas e pesquisadores alinhados com a ideia de que o mercado e o modo de organizar a iniciativa privada é uma proposta mais adequada para “consertar” a educação americana, do que as propostas feitas pelos educadores profissionais (FREITAS, 2014, p.1109).

É sem dúvida, um fenômeno típico da globalização, pactuado entre aqueles que servem aos interesses do capital. E ainda com o autor, a finalidade desses novos reformadores não é outra, senão responder ao questionamento que a si mesmos propõem:

como liberar um pouco mais de conhecimento para as camadas populares sem abrir mão do controle ideológico da escola, sem correr o risco de eventualmente abrir espaço para as teorias pedagógicas mais progressistas, comprometidas com as transformações da escola para além da versão tecnicista e escolanovista. Como, em um quadro de escassez de mão de obra barata, incorporar cada vez mais as camadas populares na escola básica, submetendo-a à preparação para o mercado de trabalho? (FREITAS, 2014, p. 1089).

Seja por meio da nova filantropia ou por agência dos novos reformadores educacionais, fica evidente que se tratam dos mesmos grupos, com os mesmos interesses e ainda que haja diferenças teóricas ou metodológicas entre essas categorias, não é o objetivo da pesquisa fazer tal especificação. Contudo, se por um lado, de acordo com Ball (2016, p. 12), as formas de atuação de institutos, fundações, *edu-business*, se diferenciam a partir das condições sociais e econômicas de cada país em que atuam, sendo também fomentadas ações que possam ter impacto local ou global, no caso brasileiro, o Estado, com amplo apoio do campo religioso, parece estar facilitando ao capital encontrar as respostas desses questionamentos incitados por Freitas (2014).

Essa observação é importante, pois leva a pesquisa a optar pela nomeação desses grupos como proponentes de uma nova filantropia, por considerar a força histórica da relação entre o poder público, a esfera privada e o campo religioso. Embora esta vinculação seja motivada principalmente pelo interesse na manutenção do poder, do lucro e exploração, no Brasil esse acordo se mantém desde os primórdios da organização política, disputando forças e influências, de forma mais evidente ou velada, sem contudo, se dissolver.

Exemplos recentes dessa aproximação estão disponíveis e cada vez mais aterradores, principalmente desde o golpe de Estado que depôs uma presidente legitimamente eleita no ano de 2016. Ações como a retirada de direitos das classes trabalhadoras, estancamento de investimentos em saúde, assistência social e educação e ainda as reformas educacionais que atingiram toda a educação básica, a começar pelo ensino médio, confirmam a vocação periférica do Brasil em sua subordinação ao mercado, sendo conferida aos movimentos religiosos cristãos, especialmente os neopentecostais, uma grande abertura para que imponham suas concepções.

Muitos desses grupos encontram repercussão em lideranças políticas conservadoras e apoiam a iniciativa privada no campo da educação por terem também representação nesse meio e com isso desqualificam a educação pública elegendo a escola e os professores como inimigos, disseminam desinformação, apoiam leis e práticas discriminatórias e depreciadoras de direitos, principalmente daqueles que não se enquadram na doutrina que professam.

Uma vez que o Estado brasileiro tem balizado e se apoiado em índices de aprovação fomentados pelo setor privado e por religiosos conservadores, associados à nova filantropia, torna-se importante questionar que representações se constroem a partir de seus objetivos, suas linhas de atuação e de suas concepções de ensino-aprendizagem? Que tipo de educação pública interessa a esses grupos?

2. Educação, um tesouro – em reais – a descobrir¹ - Qual o interesse dos grupos empresariais em investir na educação?

O tema da filantropia parece exercer algum interesse como área de estudo, mas talvez não seja considerado tão atrativo para pesquisadores. Na Biblioteca Nacional de Teses e Dissertações (BDTD) foram encontrados 72 estudos que apresentaram a filantropia como assunto, o que parece pouco se comparado a temas como, por exemplo, política educacional cujas publicações na mesma base de dados consta de 1409. O comparativo entre as quantidades de publicações entre um tema e outro se justifica apenas

¹ Educação, um tesouro a descobrir - pesquisa organizada pela ONU na virada no século XXI, amplamente conhecida e divulgada em várias partes do mundo. Nesse documento, o relator Jacques Delors chancela a educação como o grande tesouro que, ao ser devidamente descoberto, poderia solucionar questões fundamentais a serem enfrentadas pela população mundial no século por vir.

por serem ambos tratados nessa pesquisa, sem nenhuma alusão quanto à maior ou menor importância.

Nessa base, não foram encontrados estudos que trouxeram como assunto filantropia *and* política (s) educacional (is). Porém, se aplicados os indicadores filantropia *and* políticas constam nove produções que se diferenciam em múltiplos enfoques: educação, políticas para pessoas com deficiência, pesquisa histórica e em saúde.

No campo das publicações no formato de artigo científico, uma base de periódicos apresenta 130 publicações gerais que abordam a filantropia, contudo, 13 publicações abrangem os marcadores filantropia e educação e precisamente 4 resultados convergem para a temática filantropia, educação e política. Desses, três se relacionam com um tipo de educação voltado para práticas em saúde e apenas um deles problematiza a questão relacionada à educação pública.

Esses informes mais gerais evidentemente não contemplam todos os critérios de uma revisão bibliográfica, mas encorajam a um pensamento inicial de que a escassez de estudos acerca da relação histórica entre filantropia e políticas educacionais no Brasil, o que convida ao questionamento sobre as razões e consequências dessa parceria no que se refere à educação pública no passado, no presente e no futuro.

Considerando esses dois últimos tempos, presente e futuro da educação no Brasil e no mundo, o tema da filantropia emerge travestido de novos significados além da caridade e da moralidade, que conforme apontado anteriormente, trata-se de sua nova compreensão, agora muito mais atrelada à lógica de produção capitalista. Ball e Olmedo (2011), destacam o caráter globalizado e a complexidade dessas práticas:

a fim de compreender o trabalho das "novas" organizações filantrópicas e seus 'parceiros', precisamos considerá-los não de uma perspectiva individual, como atores isolados, mas como elos interconectados que operam de acordo com lógicas de rede e configuram suas agendas e links de maneiras mutáveis e fluidas. (BALL e OLMEDO, 2011, p. 86) [tradução nossa].

É interessante perceber que parece não se tratar de algo simples, mas que ainda assim, desperta um crescente interesse de grupos organizados e entrelaçados a vários tipos de investimento ou negócios no mundo do capital. A implementação de políticas educacionais em quaisquer de seus níveis requer profunda avaliação e conhecimento dos problemas a serem solucionados, da formulação de estratégias, da definição de um público-alvo, entre outros levantamentos. O que ocorre na nova filantropia é que tais

questões não se constituem seus objetivos. Acerca disso, Ball e Avelar (2017) formulam que:

A chamada “nova filantropia” trata doações como investimentos, resultados como retornos, e deseja se envolver em decisões sobre como o dinheiro é usado [...] Aqui, o social / moral e o financeiro estão intimamente ligados e articulados em termos de necessidade social, risco e retorno, escala e sustentabilidade. Diferentes modelos de filantropia estão assumindo responsabilidades morais do Estado articuladas dentro de um complexo global de arquitetura das relações econômicas e sociais. (BALL e AVELAR, 2017) [tradução nossa]

Nos estudos trazidos por esses pesquisadores, é notório o crescente interesse dos grupos empresariais reconhecidos pelo perfil da nova filantropia nos lucros advindos dos investimentos públicos em educação (BALL e OLMEDO, 2011; BALL, 2013; BALL e AVELAR 2017; AVELAR, 2020). A análise se dirige especialmente a desvelar se existe a intencionalidade de se fortalecer uma ideologia que fomente a hegemonia do privado sobre o público, no que se refere à proposição de políticas educacionais no Brasil, embora se reconheça a importância de maiores investigações acerca das questões financeiras, que em última instância é o grande propósito do capital.

Para essa tarefa, a pesquisa apoia sua discussão teórica também em Gramsci (2020a; 2020b), que ao pensar as questões políticas e sociais do seu tempo, abre caminhos para o debate e compreensão das condições de existência ainda hoje. Conforme tem sido defendido por estudiosos de sua obra, o seu pensamento é orientado por uma “rede categorial”² densa, que se expressa recorrentemente ao longo de toda sua obra, cujos conceitos de hegemonia e ideologia serão basilares na reflexão sobre o discurso da nova filantropia.

A partir dessa ideia de rede de categorias, o conceito de ideologia é tecido por Gramsci como parte de outras discussões sobre as crenças, concepções, pensamento crítico e consciência. Dos muitos registros retirados dos escritos carcerários, está um dos mais conhecidos que afirma “todos os homens são filósofos” (2020a, p. 95), premissa que introduz seus apontamentos sobre a Filosofia, a História e a Cultura, que considera todos os homens capazes de saber, mesmo de maneira incipiente ou simples. Para o autor, a atividade intelectual, matriz da Filosofia, permeia os mais diferentes espaços, ainda que não se trate de conhecimento cientificamente sistematizado. Contudo, inquirir ao leitor

² Terminação utilizada por Baratta, no verbete Cultura do Dicionário Gramsci, 2017 (Martins e Martelletto 2019, p. 6).

acerca do que é preferível: acolher, sem grandes questionamentos as concepções de mundo recebidas de diferentes grupos sociais ou pensar criticamente e construir, a partir da atividade intelectual própria, suas concepções.

Assim, o conceito de ideologia em Gramsci (2020a; 2020b) tem como base a tessitura que enlaça a forma de apreensão dos fatos de acordo com determinada concepção, o que não é dado naturalmente, mas mediado pelo que ocorre no contexto. Os conceitos fundamentais subjacentes a certas ideias podem ter origem no senso comum, que é parte indissociável da cultura, ou em conceitos mais elevados como é o caso da filosofia. Dá-se, que, de acordo com o autor, as ideias, opiniões ou concepções, seja qual for a sua origem, podem transforma-se em “fé”, ou seja, atingem um ponto inquestionável, processo em que se constituem as ideologias (GRAMSCI, 2020a, pp. 98-99).

A ideologia serve, entre muitos propósitos, para solidificar o pensamento hegemônico, que é aquele que se firma por meio de elementos diversos e contraditórios, que se vinculam em torno dele a partir das mesmas finalidades e pretensões:

O exercício “normal” da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações –, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados. (GRAMSCI, 2020b, p. 96)

Bastante conhecido e difundido nos estudos relacionados ao tema da hegemonia em Gramsci, o excerto acima desvenda as relações que se estabelecem entre a classe dominante e as classes aliadas, mas especialmente contra as classes adversárias, que se pretende fazer dominadas ou subalternas. No proceder hegemônico, a visão dominante dita um mundo concebido à sua maneira e as demais classes participam dele sem a sua devida representação histórica e renegação constante dos seus interesses.

Sobre a forma de atuação hegemônica, Martins e Marteletto (2019) trazem um importante destaque:

É através da produção e disseminação da ideologia da classe dominante que as classes subalternas, por meio de diferentes canais, organizações e agentes da cultura, como os meios de comunicação, a escola e os intelectuais, incorporam

um sistema de representações sociais a partir dos quais os sujeitos concebem o mundo e organizam suas ações e relações (MARTINS E MARTELETTO, 2019, p. 13).

Essa interpretação é importante, pois no que se refere à ação dos grupos empresariais representantes da nova filantropia, garantir a sua presença desde os espaços decisórios até as salas de aula, revela que encontraram a capilaridade necessária para se impor, sem necessariamente utilizar-se de força, mas sobretudo, apoiando-se em ideologias que sustentam projetos como escola sem partido, *homeschooling* e escolas públicas militarizadas, por exemplo.

3. O canto da sereia ou o discurso da nova filantropia

Um amplo espectro se abre na tentativa de responder ao problema identificado e a opção recai sobre uma perspectiva crítica da realidade, a começar por um entendimento de que esta é complexa, historicamente construída e atravessada por contradições. Dessa forma, em um estudo de cunho qualitativo, torna-se bastante evidente que seu fio condutor poderá levar a outros desdobramentos para sua necessária compreensão.

Cervo, Brevian e Silva (2007, p. 63), enfatizam que pesquisas exploratórias não têm com principal objetivo uma proposição hipotética significativa, no entanto, estudos dessa natureza podem sinalizar novos aspectos sobre o fenômeno, descrever a situação de ocorrência e buscar descobrir relações entre os elementos componentes. Gil (2011, p.27), também destaca o caráter aproximativo e fundamental de um estudo exploratório, que aplicado a temas pouco investigados, podem revelar problemas sujeitos a maior aprofundamento e ampliação dos procedimentos utilizados.

Sendo assim, esse estudo encontra apoio na ADC como perspectiva analítica que demonstra interesse “na explanação dos fenômenos sociais, desvelando como o discurso, enquanto linguagem em uso, participa dessa construção, estabilizando distorções sociais” (BATISTA JR., SATO E MELO, 2018, p.9).

Ainda que não apresente todas as particularidades dessa metodologia de análise, uma vez que o foco do trabalho não se concentra nos elementos linguísticos, a pesquisa tem como problemática investigar questões relacionadas à manutenção de estruturas de dominação presentes na prática discursiva de instituições privadas interessadas em determinar os rumos da educação pública.

A escolha pela análise do discurso das páginas eletrônicas dos grupos Fundação Lemann e Todos pela Educação se faz pela presença, fomento e influência que têm exercido sobre a política nacional, fato reiteradamente noticiado pela imprensa, que culmina em ações como: apoio a grupos que se dizem apartidários; compra de estatais; auxílio financeiro para a formação de novos políticos, influência direta na formulação de diretrizes educacionais, como foi o caso da BNCC e propostas de avaliação e monitoramento do sistema público de educação.

Sendo a intenção desses reformadores imbricada nos interesses do capital, é oportuna a crítica social sistemática, que permita entender o funcionamento desta engrenagem e seus desdobramentos, especialmente no que se refere à manutenção das relações de dominação e à pretensão de legitimidade para assumir uma atribuição que não lhes pertence.

3.1. Da prática textual, discursiva e social dos grupos de nova filantropia

Para Chouliaraki e Fairclough (1999)³, a vida social se constitui de práticas que são as formas de produção de qualquer esfera da atuação humana. Essas se articulam a outras estabelecendo relações e confluências mútuas, criando representações, modos de coerção e agência, definição que Gonçalves-Segundo (2018) acresce:

O termo práticas pode –e deve – englobar tanto as ações sociais instanciadas em coordenadas espaço-temporais localizadas, quanto a sua relativa permanência e padronização resultante da reprodução dessas ações. Em outras palavras, são as ações localizadas dos atores sociais que estabilizam em maior ou menor grau a prática, do mesmo modo que o conhecimento internalizado da prática ajusta o modo de agir do ator social aos limites previstos por essa mesma prática (GONÇALVES-SEGUNDO, 2018, p. 84).

Ao admitir a existência de um conjunto de práticas que funciona como modelador das ações humanas, as possibilidades da análise do discurso são ampliadas para além dos elementos linguísticos. Dessa forma, a leitura crítica perpassa a intercomunicação que é feita entre o texto concreto e seus entornos, o que inclui valores, crenças, concepções,

³ Discourse and Late Modernity. Rethinking Critical Discourses Analysis. Edinburgh. Edinburgh University Press. 1999. Op. Cit. em Gonçalves-Segundo (2018, p. 81)

referências materiais e semióticas que participam dos processos de validação e perpetuação das práticas, mas também podem instigar a resistência.

Para a ADC, a análise da prática textual diz respeito às marcas linguísticas: uso do léxico (significados), emprego da negação, da retórica, das formas verbais, advérbios modalizadores e outros. Essas marcas quando utilizadas, determinam a vinculação com o assunto analisado e sua frequência indica a intenção de fixar sentidos próprios e relevantes (MARTINS, 2018, p. 169-170).

Alguns textos são multimodais, com imagens e vídeos motivacionais que reforçam certo apelo emocional à proposta de ambos os grupos. Embora se trate de publicidade os discursos ultrapassam essa função, há um caráter interativo com tópicos e ferramentas que encorajam o usuário a participar do projeto, como atalhos de inscrição, colaboração financeira e sugestões.

Há uma simplicidade textual e utilização de palavras chaves bastante acessíveis ao público geral. Observa-se a força de infinitivos verbais e derivados como: mudança/mudar, propor/propostas, garantir, desenvolver, desafiar, formar, reivindicar/reivindicamos, aprimorar, realizar, instituir, estabelecer, entre outros.

Como atributo discursivo, os verbos são muito comuns dependendo de quem e do que se quer convencer, do empreendimento e dos objetivos da propaganda e na análise, percebe-se sua utilização para chamar a atenção pelo significado e contexto abrangente. Também são frequentes palavras de força ilocucionária, aquelas que comunicam afirmações, promessas, ameaças e apelos: aprendizagem; desenvolvimento; mudança; mobilização; oportunidades; engajamento e iniciativa, por exemplo.

A observação dos elementos textuais e discursivos se constitui um primeiro tópico da análise, porém na perspectiva de Fairclough (2008) esta precisa avançar para a discussão dos elementos ditos e não ditos que se articulam nas ações concretas. Nesse ponto, a pesquisa se expande para uma leitura de aspectos mais complexos da estrutura que dá sustentação aos discursos e seus pontos de contato com outros textos e referências, processos aos quais o autor denomina intertextualidade e interdiscursividade.

Batista Jr., Sato E Melo, (2018, p. 8) afirmam que a ADC tem como campo de investigação a linguagem em uso e as maneiras como esta influencia e molda a realidade, estabilizando ou construindo condições de rompimento de estruturas de desigualdade. Desse modo, o próximo passo será identificar se os intertextos e interdiscursos induzem

à disseminação ideológica e fundamentação de um pensamento hegemônico, que golpeia a educação pública de modo a restar como única alternativa as instituições que querem “colaborar com pessoas e instituições em iniciativas de amplo impacto que garantam a aprendizagem de todos os estudantes e engajar lideranças comprometidas em resolver desafios sociais complexos do país.” (FUNDAÇÃO LEMANN, 2022)

Inicialmente, é apropriado dizer que acerca das promessas desses grupos, se trata de tarefa muito ambiciosa e requer meios e estratégias de proporções imensas. Considerando a extensão territorial brasileira, as particularidades regionais, os recursos que são captados, o volume de profissionais, estudantes e demais atores da comunidade escolar, as garantias de acessibilidade e inclusão, as especificidades de grupos representados pelos povos tradicionais e originários e outros fatores, é questionável que justamente entidades que não sejam públicas queiram dar conta de tarefa tão complexa.

De certo modo, as ações propostas por essas organizações já estão contidas nos deveres do Estado, porém, de acordo com Ball (2013), na aplicação das novas regras relacionais entre o poder público e os grupos privados, “vários outros” se colocam como agentes desses serviços. Para o autor, esse contexto pode ter sido fomentado pela abertura do setor público à inserção de estratégias produtivas típicas do mercado: competição, resultados, financiamento baseado no desempenho, entre outras, o que favorece a representação de amplos interesses no processo político e dispõe novas alianças, cada vez mais consolidadas com o setor privado.

Exemplos do fortalecimento desses “nós de poder e influência” (BALL, 2013, p. 177), têm sido amplamente dispostos na história da educação pública e também em setores estratégicos como na saúde, nas telecomunicações, nas finanças, nas relações com os recursos naturais e outros mais. Quando esses grupos privados se colocam como proponentes de mudanças e abertos à participação popular, não explicam para seus interlocutores os motivos pelos quais precisam “construir políticas públicas educacionais por um Brasil mais justo e avançado” (FUNDAÇÃO LEMANN, 2022) e “destinar apoio técnico e financeiro” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2021), expressão que, na ferramenta de busca desse site tem 241 resultados.

Essas marcas discursivas são difusas e incitam a pensar que os problemas relacionados à educação carecem apenas de envolvimento ou de gerência, pois a quem o texto apela para que lute pela educação? A Todos. De modo semelhante, que figura seria

mais qualificada para conduzir o debate e propor soluções para a depauperada educação brasileira? Possivelmente um caso de sucesso empresarial que figura entre os empresários mais ricos do mundo.

Avançando nos aspectos da prática discursiva, observamos que ambos defendem a educação pública de qualidade e propõem “soluções inovadoras e políticas públicas educacionais para um país mais justo, empenhando-se em qualificar pessoas e torná-las aptas a proporcionar o avanço da educação no país, ampliando o potencial individual e coletivo para causar impactos positivos tanto no indivíduo, nas relações institucionais, e quem sabe, no mundo” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2021)

Esses recortes podem indicar concepções vigentes acerca da inoperância do Estado, e retorna-se aqui, ao uso de palavras chaves, que tem a carga significativa apropriada para alcançar o efeito que a propaganda pleiteia já que atendem ao desejo neoliberal de enfraquecer as iniciativas estatais e são coerentes com a onda antipolítica que se instalou no país pouco antes do final do primeiro governo da presidente Dilma Rousseff (2010 – 2014).

É possível perceber nesse discurso de posicionamento independente, contrário à intervenção do Estado e baseado em princípios de gestão empresarial, uma correspondência direta com as campanhas políticas de muitos dos atuais ocupantes do Poder Executivo e das casas legislativas que ainda estão no exercício de seus mandatos.

Despolitizar a política foi a marca das eleições gerais em 2018, fenômeno que se estendeu às prefeituras e câmaras municipais dois anos depois. Os frutos dessa despolitização, acreditada pelos eleitores, patrocinou interesses pessoais e desses apoiadores, o que é mais grave, pois puderam contar com o desconhecimento histórico dos antipolíticos para calcar, ainda mais, as intenções de controle, tendo o acesso garantido pelas vantagens financeiras. Somados a esse artifício, leis, decretos e portarias e amplo apoio do poder judiciário, o que confere inúmeras vantagens aos grupos da nova filantropia na tramitação e aprovação dos seus interesses.

Acerca das identidades dos grupos de nova filantropia, o Todos pela Educação em seu site, projeta a mudança da qualidade da Educação Básica no Brasil, anunciando que “não tem fins lucrativos, é uma entidade não governamental e apartidária, financiada por recursos privados e que não recebe nenhum tipo de verba pública, o que lhe confere independência necessária para desafiar o que precisa ser desafiado e mudar o que precisa

ser mudado.” A página eletrônica da Fundação Lemann, por sua vez, propõe “atuar em dois pilares estratégicos: Educação e Lideranças, duas frentes capazes de impulsionar nossa gente e gerar mudanças reais.”

Nesse excerto, dão a entender que se trata de ideias inovadoras, altamente eficazes, propostas inéditas e fazem parecer idealizações plausíveis, bastando para isso ações institucionais. A desqualificação do serviço público figura como se não existissem políticas e programas pensados com essa finalidade, executadas por servidores habilitados e que podem contar com a assessoria de Universidades, instituições públicas e outros setores no planejamento de intervenções.

Note-se que a legitimidade para propor e gerenciar essas ações, especialmente ao se tratar de educação pública deveria ser do Estado, no entanto, como bem lembra Avelar (2020):

Empresários e filantropos, apesar de argumentarem que estão trabalhando para a melhoria da educação e para o bem público, não foram eleitos por ninguém. Suas agendas, métodos e objetivos políticos não passam por validação pública e não podem ser controlados pela sociedade (AVELAR,2020, p. 78).

Se por um lado não são desconhecidos os grandes desafios e lacunas da educação pública, por outro, presume-se do caráter constitucional do Estado de direito, que caberia aos representantes eleitos pelo voto, o encaminhamento de projetos, debates e indicações dos rumos a serem tomados para a solução das demandas apresentadas, e isso, por meio das instituições públicas e da participação popular.

O outro ponto a ser observado, a partir da lista de apoiadores e mantenedores que as páginas exibem, diz respeito aos consideráveis incentivos fiscais que a nova filantropia recebe. No caso das instituições pesquisadas, entre os parceiros anunciados podem ser encontradas grandes corporações financeiras como o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a empresa *Ifood*, por exemplo. O primeiro tem sido amplamente criticado por franquear a atuação do interesse estadunidense nos países da América Latina e o segundo, por se beneficiar de forma agressiva da retirada de direitos da classe trabalhadora.

De acordo com pesquisa conduzida pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe)⁴, encomendada por essa empresa, o seu crescimento no ano de 2020,

⁴ Esse estudo foi amplamente divulgado em vários noticiários e mídia eletrônica no mês de janeiro de 2021, por ocasião de sua publicação. Sendo uma pesquisa encomendada, não foi possível encontrar

período mais austero da pandemia de Covid-19 foi de 31,8 bilhões de reais, montante equivalente a 0,43% do PIB brasileiro.

É no mínimo curioso que ambos os grupos não tenham considerado em nenhum momento a escassez de recursos que a educação pública enfrenta, especialmente após os cortes sofridos com o golpe em seu financiamento a partir da aprovação da Emenda Constitucional 95⁵. Ocupar-se das ausências no discurso também é parte de uma análise em ADC, e a omissão dessa informação é crucial para que os interlocutores julguem como altamente necessária a intervenção de grupos privados num setor tão debilitado, como querem fazer parecer. Somente no ano de 2019, as perdas para a educação pública causadas pela aprovação do Teto de Gastos (Emenda Constitucional 95) foram calculadas em 32,6 bilhões⁶ de reais, valores próximos aos lucros de uma única empresa patrocinadora de uma das organizações pesquisadas.

As relações estabelecidas até aqui, revelam um potencial considerável da participação dos grupos de nova filantropia como sustentáculo de ideologias fortalecedoras das relações de dominação ao colocarem a iniciativa privada como imprescindível para a reestruturação e eficiência do serviço público.

Entremeados nas promessas de que realizam “projetos ao lado de professores, gestores escolares, secretarias de educação e governos para aprimorar a qualidade do ensino público” (FUNDAÇÃO LEMANN, 2022), e de que pretendem “colocar a educação na pauta da sociedade, elaborar propostas, monitorar sistemática e publicamente [a educação] e produzir conhecimento” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2021), os discursos veiculados parecem sim, fomentar a intencionalidade de reificar um pensamento hegemônico, pois, para além de toda a parte gerencial e técnica que pretendem monitorar, há ainda a explícita finalidade de articular politicamente uma proposta de educação que interfira nos aspectos pedagógicos e curriculares, como é o caso do programa Educação Já: Uma Agenda para o Brasil, descrito no site Todos pela Educação, documento que entre outros interesses “apresenta contribuições para a

seus resultados nas publicações da Fipe, porém, pode ser disponibilizada pelo Ifood aos usuários que a solicitarem.

⁵ Institui novo regime de austeridade fiscal que suspende investimentos estatais na Educação, Saúde e Assistência Social pelo período de 20 anos.

⁶ Página eletrônica do Jornal Le Monde, Diplomatie Brasil. Artigo publicado em <https://diplomatie.org.br/a-educacao-perdeu-r-326-bi-para-a-ec-95-do-teto-de-gastos>, 26 de abril de 2020. Acesso em 12 de março de 2022.

elaboração de um plano sistêmico para a Educação Básica brasileira nas próximas gestões federal e estaduais.”

É grave e gritante a necessidade de interromper tais projetos, pois fica evidente que o controle daqueles que precisam da escola pública está cada vez mais facilitado e consonante com as condições estruturais do capitalismo (FALEIROS, 2013, p. 24). Não é à toa que, para chegar a um público cada vez maior e vender suas boas intenções, o discurso da nova filantropia tem ganhado adeptos e se consolida por meio de processos como a tecnologização e a conversação (Fairclough,2008).

O autor identifica em seus estudos que essas categorias se comportam como tendências discursivas típicas da modernidade, às quais não são dadas a devida atenção, mas podem estar intrinsecamente relacionadas ao poder de regulação da ordem do discurso, ou daquilo que é dito, como é dito, por quem e para quem é dito.

A tecnologização discursiva apresenta como principais características um estreitamento entre o conhecimento sobre linguagem, discurso e poder. Essa tendência agrupa tecnólogos do discurso para, detalhadamente, escolher o vocabulário, organizar diálogos, aplicar funções da linguagem, entre outras técnicas que visam produzir mudanças na ordem do discurso sob determinado direcionamento. Sociólogos, psicólogos, professores, analistas do discurso e outros profissionais podem ser alocados como produtores e aplicadores de técnicas específicas, que segundo Fairclough (2008, p. 265), expande o discurso estratégico dessas organizações para novos domínios.

De forma geral, não há informação pormenorizada sobre a equipe de colaboradores da Fundação Lemann ou do site Todos pela Educação, contudo, a ênfase dada em ambos os grupos à atuação técnica é notada pela ocorrência desse termo em várias das atribuições a que se colocam: “soluções tecnológicas, consultoria técnica, laboratórios, equipe de especialistas”, são algumas das menções que levam à inferência de que os discursos veiculados são feitos de modo a conferir credibilidade ao trabalho que pretendem.

As estratégias conversacionais, por sua vez, se habilitam como recurso ideológico na medida em que incluem nos diferentes contextos discursivos aspectos de uma comunicação informal que aparenta proximidade e interesse, utilizando-se de apoio na oralidade (“né?”; “[tá] ok?”; “tipo assim”; entre outros). É um recurso amplamente utilizado para criação de nichos de mercado, como é o caso de mídias sociais, publicidade,

programas de TV que se colocam na função de democratizar a informação, contudo, o que pode estar implícito é tão somente a forma de impor, validar ou refutar o que lhes for conveniente (GONÇALVES-SEGUNDO, 2018).

As marcas conversacionais encontram-se presentes, principalmente no site Todos, que parece colocar-se próximo ao leitor, como se fosse uma conversa entre pessoas amigas: “Sabe aquela sensação de que as coisas no mundo não vão bem, seja a respeito da desigualdade social, da paz, da justiça, da saúde ou da preservação do meio ambiente? Ou ainda: “Quer ver como nosso trabalho funciona na prática e o impacto que ele gera? Confira neste vídeo ao lado como foi **a nossa atuação pelo novo Fundeb, maior, melhor e mais justo**” (grifo meu).

Ao longo de todo o site, as perguntas, os pontos de exclamação e chamadas à participação aparecem como reforços positivos à ideia de que todos podem e devem participar das ações “necessárias por uma escola pública e de qualidade para todos, absolutamente TODOS” (destaque do site). Esses aspectos da conversação, no entendimento de Gonçalves-Segundo (2018) não se tratam de democratização do discurso institucional, ao contrário, revela uma forma de pretensa “solidarização” daqueles que dominam a prática discursiva, “como o objetivo de facilitar mecanismos de consenso e de aceitação, por um lado, e de fidelização de consumo, por outro” (2018, p. 100).

Para Fairclough (2008) a conversação é um gênero discursivo apropriado para a esfera privada, no entanto, por se tratar de um processo que caracteriza a modernidade, tem sido adotado por instituições e revestido de conteúdo político e ideológico particular (2008, p. 265). É aparente, entretanto, que a aproximação pretendida pelo site Todos, de fato, não inclui todas as pessoas que se utilizam da educação pública, pois desconsidera além da diversidade linguística, o acesso à internet.

Dados publicados pela Agência Brasil a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), mostram que, no ano de 2019, um a cada cinco brasileiros não acessava a internet, o que corresponde a mais de 40 milhões de pessoas, que por sua vez, representa 21,7% da população brasileira. Quando o referencial se aplica aos estudantes do ensino público, 83,7% não utilizou a web, ou seja, pelo menos quatro milhões contra 147 mil da rede privada.⁷ Situação que provavelmente se agravou nos anos seguintes pelo

⁷ Dados encontrados em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2021-04/um-em-cada-cinco-brasileiros-nao-tem-acesso-internet-segundo-ibge>.

desemprego e recrudescimento da pobreza, notadamente influenciados pela pandemia de Covid-19.

Retomando o conteúdo político e ideológico embutido nas estratégias conversacionais, os dados acerca do acesso a internet parecem promissores a estes grupos quando observado que sua força está justamente colocada na classe média, que nem sempre tem real dimensão do que seja a educação pública. O diálogo estabelecido pela nova filantropia com essa parcela da população confere proximidade e solidariedade aos problemas que enfrentam, pois sabidamente, a educação escolar do maternal à faculdade, consome boa parte do seu poder de compra e desde sempre, o estado parece não dar conta dessa questão. Apoiar quem possa fazê-lo parece ser, na visão de boa parte da classe média, a solução para desonerá-la desses gastos.

Considerações Finais

O caminho percorrido pela pesquisa teve seu começo em um profundo desapontamento com a maneira como a educação pública foi golpeada por meio da retirada de recursos imediatos e impossibilidade de futuros investimentos, dado o congelamento dos gastos, o que a situa entre os acontecimentos que culminaram os movimentos antipolíticos e cassação da presidente Dilma Roussef até os dias atuais, ultimo ano do quadriênio governado por Jair Bolsonaro.

As medidas previstas na Emenda Constitucional 95 não somente inviabilizou a execução das metas alçadas pelo PNE, como também expôs uma grande fragilidade do setor público frente às investidas do capital privado, momento em que grupos educacionais financiados por organizações empresariais se unem para ditar os rumos da educação pública, recebendo apoio e ampla abertura dos representantes eleitos.

Esse fenômeno, conhecido como nova filantropia, apresenta muitos aspectos perigosos e questionáveis, pois representam os interesses de manutenção da ordem capitalista que se fundamenta na acumulação e na exploração, evidentes ao serem observadas as empresas que os dirigem e apoiam.

Contudo, a problemática que norteou essa pesquisa buscou compreender se, para além dos investimentos diretos, tais grupos, ao contrário do que dizem, contribuem com a desigualdade e manipulação popular em favor de seus interesses, buscando legitimar

suas práticas e garantir sua atuação sem grandes questionamentos, o que caracteriza a dominação por meio do pensamento hegemônico.

Na análise da prática discursiva e social dos grupos Fundação Lemann e Todos pela Educação, foi possível concluir a prevalência de intencionalidade em destituir o serviço e as instituições públicas do valor que lhes é conferido, principalmente no caso de democracias como a brasileira, em que a maior parte da população somente acessa seus direitos por meio da atuação do setor público.

Outro aspecto inferido dos discursos analisados, que contribui para fortalecer a percepção de que tais organizações militam por um pensamento ideologicamente comprometido com a manutenção da exploração e desinformação da classe trabalhadora quanto aos interesses do capital, foi a insistente abertura que buscam junto aos sistemas públicos de ensino, por meio de parcerias facilitadas em relações de governança enviesadas com seus interesses.

Seja de forma consciente, engajados em formações ofertadas por esses grupos de nova filantropia ou pela ausência de recursos mobilizadores do pensamento crítico, tais organizações têm contribuído para o fortalecimento de concepções moralistas e descoladas da realidade, característica bastante acentuada nos parlamentares e governadores eleitos sob a marca da despolitização, que apoiam intervenções dessa natureza nos assuntos de Estado.

Por fim, a pesquisa também considerou altamente perigosa e desafiadora a presença nociva desses grupos e sua atuação na formulação de políticas educacionais, principalmente na formação dos gestores e professores da educação pública e propostas curriculares, como foi no caso da BNCC. Esses atos afrontam a capacidade de autonomia e liberdade de pensamento que caracterizam a profissão docente e intentam contra o alcance da educação pública e de seus atores que historicamente denunciam, enfrentam e rompem com os interesses do capital.

De fato, são inúmeras as possibilidades de análise da prática social desses grupos. Porém, nesse sistema regulado pelas relações financeiras e foco no consumo, a nova filantropia elegeu colocar-se como interlocutora dos interesses educacionais e pretende ganhar terreno firmando-se como a alternativa necessária, salvadora e eficaz à chamada “crise da educação”. No entanto, em que pese a ferocidade dos tempos, ainda mais

agravada pela pandemia, não resta muito a não ser desvendar estes mecanismos para resistir de todas as formas possíveis.

REFERÊNCIAS

APPLE; W., Michael; BALL; J., Stephen; GANDIN; ARMANDO, Luis. **Sociologia da Educação**. Porto Alegre, Penso, 2013. Grupo A, 2013. 9788565848329. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565848329/>. Acesso em: 14 de julho de 2021.

AVELAR, M. O público, o privado e a despolitização nas políticas educacionais. Em: CÁSSIO, F. **Educação e Barbárie**. São Paulo. Boitempo. 2020.

BALL, S. J, AVELAR, M. Mapping new philanthropy and the heterarchical state: Mobilization for the National Learning Standards in Brazil. Em: **International Journal of Educational Development**. UK, 2017 . Disponível em : journal homepage: www.elsevier.com/locate/ijedudev

BALL, S. J. Novos Estados, nova governança e nova política educacional [New States, new governance and new educational policy]. In: APPLE, Michael; BALL, Stephen J.; GANDIN, L. A. (Org.), **Sociologia da educação: análise internacional** [Sociology of education: international analysis]. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 177-18

BALL, S.J., e OLMEDO, A. Global Social Capitalism: using enterprise to solve the problems of the world. In: Citizenship, Social and Economics Education. V.10 Numbers 2 & 3 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/22167682/Global_Social_Capitalism_using_enterprise_to_solve_the_problems_of_the_world. Acesso em maio de 2021.

BATISTA JR., J.R.L, SATO, D.T.B e MELO, I.F (orgs). **Análise de Discurso Crítica para linguistas e não linguistas**. 1ª Ed. São Paulo, Parábola. 2018.

CERVO A.L, BERVIAN, P.A e R. SILVA. **Metodologia Científica**. 6ª ed. São Paulo, Pearson, 2007.

FAIRCLOUGH, N. Discurso e mudança social. 2ª ed. Brasília. Editora Unb, 2008.

FALEIROS, V. P.. Infância e processo político no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (Orgs.). **A arte de governar crianças: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009. P. 33-96.

FALEIROS, V. P.. Globalização, correlação de forças e serviço social. São Paulo: Cortez, 2013.

FREITAS, L.C. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 35, nº. 129, p. 1085-1114, out.-dez., 2014.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Fundação Lemann**. c2021. Disponível em url: <https://fundacaolemann.org.br/>. Acesso em maio 2022.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas em pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: introdução ao estudo da filosofia: a filosofia de Benedetto Croce. V. 1, 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020a.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. V. 3, 13ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020b.

GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. Discurso e prática social. Em: BATISTA JR., J.R.L, SATO, D.T.B e MELO, I.F (orgs). **Análise de Discurso Crítica para linguistas e não linguistas**. 1ª Ed. São Paulo, Parábola. 2018.

LIBÂNEO, J.C. **Pedagogia e Pedagogos para quê?** São Paulo, Cortez, 2000.

MARTINS, A. R. N. Análise de discurso na mídia. Em: BATISTA JR., J.R.L, SATO, D.T.B e MELO, I.F (orgs). **Análise de Discurso Crítica para linguistas e não linguistas**. 1ª Ed. São Paulo, Parábola. 2018.

MARTINS, A. A. L. e MARTELETO, R. M. Cultura, ideologia e hegemonia: Antonio Gramsci e o campo de estudos da informação. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 10, n. 1, p. 5-24, mar./ago. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/148808>. Acesso em maio de 2021.

MOURA, E.. A construção da ideia de plano nacional de educação no Brasil: antecedentes históricos e concepções. Goiânia, GO: **36ª Reunião Nacional da ANPEd**, 29 de set. a 2 de out. de 2013. Disponível em: <https://www.anped.org.br/biblioteca/item/construcao-da-ideia-de-plano-nacional-de-educacao-no-brasil-antecedentes-historicos>. https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt05_3246_texto.pdf. Acesso em maio de 2021.

MOURA, E.B. B. Crianças operárias na recém industrializada São Paulo. In: DEL PRIORE, Mary (Org.) **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 259-288.

PASSETTI, E. Crianças carentes e políticas públicas. In: DEL PRIORE, Mary (Org.) **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 347 - 375.

PIANA, M.C. As políticas sociais no contexto brasileiro: natureza e desenvolvimento. Em: PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: 2009, pp. 21-56. Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. Available from SciELO Books . Disponível em <http://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-02.pdf>. Acesso em janeiro de 2021.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Todos pela Educação. c2021. Disponível em url: <https://todospelaeducacao.org.br/>. Acesso em maio de 2022.